



UNIVERSIDADE
EDUARDO
MONDLANE

ESCOLA SUPERIOR DE DESENVOLVIMENTO RURAL

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA RURAL

**Análise do Impacto da Participação de Homens e Mulheres na Produção e
Produtividade da Agricultura Familiar na Baixa de Chicome**

Licenciatura em Comunicação e Extensão Rural

Autor:

Isac Adolfo Timba

Vilankulo, Junho de 2015

Isac Adolfo Timba

Análise do Impacto da Participação de Homens e Mulheres na Produção e Produtividade da Agricultura Familiar na Baixa de Chicome

Relatório apresentado no Departamento de Sociologia Rural para obtenção do grau de Licenciatura em Comunicação e Extensão Rural.

Supervisora:

Eng^a. Amélia Monguela

UEM-ESUDER

2015

Índice	Páginas
I. INTRODUÇÃO	1
1.1. Problema do Estudo.....	2
1.2. Justificativa.....	2
1.3. Objectivos.....	3
1.3.1. Geral:	3
1.3.2. Específicos:.....	3
1.4. Perguntas de pesquisa.....	3
II. REVISÃO DA LITERATURA	4
2.1. Características de Agricultura em Moçambique	4
2.2. Importância de Agricultura em Moçambique.....	4
2.3. Género e Agricultura Familiar.....	5
2.4. Acesso à Terra em Moçambique	6
2.5. Divisão Sexual de Trabalho na Agricultura Familiar	8
2.6. Tomada de Decisão na agricultura familiar.....	9
III. METODOLOGIA.....	11
3.1. Descrição da Área de Estudo.....	11
3.2. População e Amostra.....	11
3.3 Colecta de Dados.....	12
3.4. Análise de Dados.....	12
IV. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	14
4.1. Resultados.....	14
4.1.1. Factores que Interferem no Acesso a Terra pelos Homens e Mulheres na Baixa de Chicome.....	14
4.1.2 Divisão Sexual de Trabalho na Baixa de Chicome.....	15
4.1.2.1 Divisão do Trabalho ao Nível do Campo de Produção.....	15
4.1.2.2 Divisão de Trabalho ao Nível Domestico.....	16
4.1.3. Relações de Poder na Tomada de Decisão sobre o Processo Produtivo	17

4.2. Discussão.....	19
4.2.1. Factores que Interferem no Acesso à Terra pelos Homens e Mulheres na Baixa de Chicome.....	19
4.2.2. Divisao Sexual de Trabalho ao Nível de Campo de Produção.....	20
4.2.3 Divisão de Trabalho ao Nível Doméstico.....	20
4.2.4. Relações de Poder na Tomada de Decisão sobre o Processo Produtivo.....	22
V. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	24
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26
APÊNDICES E ANEXOS	I-VII

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Isac Adolfo Timba, declaro por minha honra, que este trabalho, em nenhum momento foi apresentado como tese para obtenção de qualquer grau acadêmico. Ele é fruto do meu esforço, sacrifício, coragem, empenho e dedicação.

Vilanculos, aos de de 2015

Isac Adolfo Timba

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família, em especial para meu pai Adolfo Quezar Timba e minha mãe Albertina Jacinto Ngovene pelos ensinamentos, pelo apoio moral e financeiro em todos momentos determinantes da minha vida, as minhas irmãs Rosa Adolfo Timba, Idercia Percida Timba e Celina Dercia Timba pela compreensão e apoio durante o percurso estudantil. Ao meu tio Isac Quezar Timba, minha madrinha Elisa Culhe, as minhas avós Ermelinda Macamo e Celina Nguenha que tanto deram seu contributo, vai a minha eminente gratidão.

AGRADECIMENTOS

A ciência é um alicerce da humanidade, o homem é um ser social por natureza, qualquer trabalho científico tem uma influência directa ou indirecta de outros. Em primeira instância agradeço a Deus pela Protecção, aos meus pais que tudo deram para de forma gloriosa se concretizasse este grande momento da minha vida.

À minha supervisora Eng.^a Amélia Saraiva Monguela, pela paciência na transformação das minhas limitações, sem medir esforços disponibilizou toda sua bagagem científica e tempo para que este trabalho se materialize.

À pequena Marta Alfredo Machava pela compreensão, apoio incondicional e pelos momentos alegres que me concedeu durante o percurso académico *kanimambo*. E agradeço a minha grande amiga Ironдина Mandlate pelo apoio nos momentos que precisei.

Aos agricultores da baixa de Chicome que de forma humilde disponibilizaram o seu precioso tempo e conhecimentos durante a pesquisa no campo, agradeço pelos seus contributos. Aos meus colegas e companheiros de luta, António Salvador Muchanga, Sérgio Zacarias Tomo, Emília Tuendue, Esmenia Maungue, Margarida Dos Santos Rodolfo, Quitéria Raice, Márcia Da Paz, Edson Jorge Nhavene.

A todo corpo docente, a direcção da ESUDER e a todos os estudantes em especial do curso de Comunicação e Extensão Rural foi bom partilhar convosco toda a cadeia científica. A todos aqui mencionados e aos que não foram mencionados por alguma razão endereço a minha mais profunda gratidão!

LISTA DE SIGLAS E SIMBOLOS

°C:	Graus Célsius
%:	Percentagem
DUAT:	Direito de Uso e Aproveitamento de Terra
ESUDER:	Escola Superior de Desenvolvimento Rural
Há:	Hectare
INE:	Instituto Nacional de Estatística
Km:	Quilómetro
MICOA:	Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental
ONG:	Organização Não Governamental
PARPA:	Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
PIB:	Produto Interno Bruto
TIA:	Trabalho de Inquérito Agrário
USAID:	Agência Internacional de Desenvolvimento dos Estados Unidos da América

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1	Formas de Acesso à Terra e Estado Civil dos Agricultores	14
Tabela 2	Divisão do Trabalho ao Nível do Campo de Produção	15
Tabela 3	Divisão do Trabalho ao Nível Doméstico	16
Tabela 4	Gestão do Valor Adquirido na Comercialização	18

GLOSSÁRIO

Agricultura familiar Agricultura familiar é um conceito utilizado para caracterizar as unidades de produção rural, estruturadas no trabalho familiar, que se identificam pela relação entre terra, trabalho e família (MESQUITA & PONTES, 2012).

Gênero é o conjunto de características, socialmente determinadas, que identificam nos papéis e padrões de comportamento que diferenciam os homens das mulheres (SAFFIOTI, 2009).

Sistema matrilinear pode ser aplicado à sucessão e/ ou herança através da linha da mulher (por outras palavras, da mãe, ou familiares co-sanguíneos da mãe, para descendentes da mãe). Isto pode significar, por exemplo, que as mulheres herdaram das suas mães (WATERHOUSE *et al.* 2001).

Sistema patrilinear refere-se à sucessão e/ ou herança através da linha do homem, geralmente, do pai para o seu filho ou outros descendentes (WATERHOUSE *et al.* 2001).

Trabalho produtivo refere-se a agricultura, a pecuária, enfim, tudo que se associa ao mercado (NOBRE *et. al.* 2005).

Trabalho reprodutivo refere-se ao trabalho doméstico, cuidar da horta, e dos pequenos animais, tudo que é feito para uso e consumo próprio, além da reprodução da própria família, pelo nascimento e cuidado dos herdeiros (NOBRE *et. al.* 2005).

RESUMO

O presente relatório de pesquisa tem como objectivo geral analisar o impacto da participação de homens e mulheres na produção e produtividade da agricultura familiar na baixa de Chicome, localizada no distrito de Vilanculos. Para realização deste estudo usou-se uma amostra de 100 agricultores representantes de famílias. Entre eles estiveram envolvidos homens e mulheres para melhor alcance dos objectivos predefinidos, tendo sido usada a amostragem não probabilística, por meio de abordagem de amostra de bola de neve, onde o pesquisador direccionou-se a um agricultor e por meio dele foi possível identificar os outros 99 que fizeram parte do estudo num período de quatro meses, Julho a Outubro de 2014. Para a colecta de dados usou-se as seguintes técnicas: revisão bibliográfica de modo a obter informações que debruçam sobre o assunto em análise; questionário e observação directa no campo. Concluindo-se que a divisão sexual de trabalho principalmente ao nível doméstico constitui uma sobrecarga que recai de forma generalizada sobre as mulheres. E no decurso do estudo foi possível aferir que as mulheres estão em maior número na baixa, tem acesso a terra de igual maneira com os homens e realizam as mesmas actividades ao nível de produção, com a excepção de uma pequena minoria que realiza actividades diferenciadas com as dos homens, porém não detêm poderes para tomar decisões inerentes ao recurso terra, nem sobre os benefícios provenientes da mesma, o mais agravante é, as mulheres da baixa não detêm poderes de decisão ao nível doméstico onde passam maior parte do seu tempo.

Palavras-chave: participação de homens e mulheres, agricultura familiar

I. INTRODUÇÃO

O acesso a recursos naturais tanto por mulheres como por homens, é indispensável para a produção de alimentos e geração de renda, contribuindo, conseqüentemente, para atingir níveis adequados de segurança alimentar e nutricional, para reduzir a pobreza e as desigualdades, e para aumentar o próprio poder negocial das mulheres e a sua participação na tomada de decisões nas suas comunidades (Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento, 2010).

O acesso e controlo dos recursos produtivos são factores essenciais para que a mulher rural atinja uma situação de equidade em relação ao homem, e estão condicionados por factores locais socioculturais, políticos e económicos. O princípio básico para a inclusão de uma abordagem de género nas políticas de gestão de recursos naturais consiste em garantir o acesso e o controlo a esses recursos por parte das mulheres, independentemente do seu estado civil ou dos seus familiares do sexo masculino (Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento, 2010).

A maioria das mulheres economicamente activa está envolvida na agricultura familiar, onde o seu trabalho é considerado parte integral das responsabilidades domésticas da mulher e assim não é atribuído nenhum valor económico, (MICOA, 2010).

De acordo com o relatório do BANCO MUNDIAL, (2008) no seio dos agregados familiares, os homens e as mulheres possuem oportunidades diferentes no que toca à prossecução da estratégia do desenvolvimento da agricultura familiar. As normas sociais normalmente ditam o facto de grande parte dos cuidados com as crianças, cozinha, cuidados domésticos estarem sob responsabilidade das mulheres, limitando por conseguinte a mobilidade das mulheres e o potencial de aproveitarem as novas oportunidades económicas que surgem, o que acentua as desigualdades.

Permitir que as mulheres mudem de uma produção de subsistência para uma produção orientada para o mercado é um elemento importante para o sucesso das estratégias de agricultura para o desenvolvimento. As mulheres, mais do que os homens, gastam as suas rendas com a alimentação melhorando, assim, a segurança alimentar e nutricional e especialmente o desenvolvimento das crianças.

Entretanto para tomar qualquer acção concernente a questões ligadas a agricultura ao nível familiar convém olhar as diversas sensibilidades seja por parte das mulheres assim como dos homens, daí estudos da participação dos homens e mulheres na agricultura familiar

constituem um passo de relevo para a compreensão da complexidade das comunidades rurais, visto que são o pólo de desenvolvimento do país.

1.1. Problema do Estudo

O sector agrário em Moçambique é caracterizado essencialmente pela agricultura familiar, que é praticada num modelo de subsistência, onde a mão-de-obra é constituída pelo pai, mãe e os filhos. Na província de Inhambane, distrito de Vilanculos, concretamente na baixa de Chicome as mulheres exercem tanto as actividades domésticas assim como actividades produtivas, o que deixa as mesmas numa situação de sobrecarga, à medida que passam o seu tempo realizando trabalhos domésticos que não tem remuneração e actividades produtivas como o trabalho no campo de produção até a comercialização do excedente.

A exclusão das mulheres pelos homens na gestão de terra, tomada de decisão e na gestão do valor resultante da comercialização do excedente constitui o epicentro da problemática na baixa de Chicome.

A exclusão das mulheres nos aspectos acima citados restringe a sua participação em programas tais como alfabetização de adultos, educação cívica, acesso a informação, experiência de negócio, desenvolvimento de novos empreendimentos e fraco conhecimento de direito de propriedade, a medida em que não possuem poderes de decidir sobre aspectos que possam garantir o seu auto-sustento e independência, elas não gerem o recurso terra que traz rendimentos através da produção e a sua mobilidade é restrita ao nível domestico, constituindo uma barreira para o bem-estar das famílias, visto que as mulheres são as que cuidam da família e não tem capacidades de desenvolver ideias inovadoras capazes de subsidiar a renda familiar, reflectindo-se em altos níveis de pobreza nas famílias da baixa de Chicome.

1.2. Justificativa

A análise da participação de homens e mulheres na agricultura familiar e seu impacto na produção e produtividade na baixa de Chicome é de extrema pertinência, visto que traz a vista as desigualdades de género vigentes neste sector de actividades, desde a divisão sexual de trabalho até na tomada de decisão, que deixa os homens numa posição privilegiada para controlo da terra e de outros meios básicos para a produção agrícola, perpetuando conseqüentemente a posição subalterna da mulher.

A eleição desta temática constitui uma ferramenta essencial que contribuirá para despertar e consciencializar os homens e mulheres sobre a importância do envolvimento de ambos na tomada de decisão, divisão equitativa do trabalho de modo alavancar a autonomia das mulheres na tomada de decisão nos processos produtivos e reprodutivos, dado que mulheres autónomas têm uma determinada facilidade para alcançar o progresso económico e auto-estima que incide directamente no bem-estar da família, comunidade e da região de um modo geral, criando uma base sólida para o aumento da produção e produtividade nas famílias de Chicome.

1.3. Objectivos

1.3.1. Geral:

- ✓ Analisar o impacto da participação dos homens e mulheres na produção e produtividade da agricultura familiar na baixa de Chicome, distrito de Vilankulo.

1.3.2. Específicos:

- ✓ Identificar os factores que interferem no acesso a terra pelos homens e mulheres na baixa de Chicome;
- ✓ Descrever a divisão sexual do trabalho na baixa de Chicome;
- ✓ Descrever as relações de poder na tomada de decisão sobre o processo produtivo;

1.4. Perguntas de pesquisa

- ✓ Até que ponto os factores socioeconómicos interferem no acesso à terra entre homens e mulheres na baixa de Chicome?
- ✓ Até que ponto a divisão sexual de trabalho e as relações de género interferem na tomada de decisão sobre o processo produtivo na baixa de Chicome?

II. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Características de Agricultura em Moçambique

Segundo WATERHOUSE *et al.* (2001), em Moçambique, e em grande parte de África as mulheres constituem a maior parte da força de trabalho na agricultura, especialmente na produção de alimentos (ex. Para o consumo caseiro). BERGH-COLLIER (2006), referencia que estima-se que pelo menos 90% de todas as mulheres economicamente activas estejam envolvidas na agricultura, comparado com 66% dos homens economicamente activos, e que a maioria das mulheres esteja empenhada na agricultura de subsistência.

Segundo a informação do TIA (2000), nas zonas rurais de Moçambique, a agricultura familiar é constituída essencialmente por pequenas explorações (aquelas que cultivam menos de 5 ha), este sector concentra cerca de 99% das unidades agrícolas (3.090.197 unidades familiares) e ocupa mais de 95% da área cultivada do país.

A população vive principalmente de actividades agro-silvo-pecuárias de pequena escala, com uma heterogeneidade de actividades económicas de geração de rendimentos dentro das famílias. Dentro das diferentes actividades a produção de alimentos para o consumo constitui a base principal da estrutura produtiva do sector familiar (TIA, 2000).

2.2. Importância de Agricultura em Moçambique

Segundo CUNGUARA (2011), as estatísticas disponíveis sobre a força laboral podem não ser totalmente credíveis, e uma elevada proporção da população moçambicana está empregue no sector informal, mas a agricultura emprega a maioria da população nas últimas duas décadas. A medida que a economia de um país cresce, espera-se uma redução na proporção da população que depende da agricultura. Em Moçambique, pelo contrário, desde os acordos de paz em 1992, a economia cresceu significativamente, sendo o PIB per capita em 2009 o dobro daquilo que era a 20 anos atrás, mas a proporção da população empregue na agricultura não variou muito, apesar de rápida urbanização e crescimento económico. Esta ilação é justificada pelo facto da maior parte da população moçambicana residir em zonas rurais cuja principal actividade é agricultura, e pelo facto de existirem residentes das zonas urbanas que dependem da agricultura para a sua sobrevivência.

Segundo a USAID (2008), o aumento do investimento e da produtividade na agricultura são vitalmente importantes em Moçambique como base para o crescimento sustentável, redução da pobreza, criação de emprego e aumento dos benefícios do comércio. Em 2006, a agricultura gerou cerca de 25.5% do PIB em Moçambique, esta cifra compara-se com os cerca de 30.8% do PIB gerados a 10 anos atrás. Em quase todos os agregados familiares nas zonas rurais têm a agricultura como a principal fonte de sobrevivência, a agricultura contribui com cerca de 78.5% do emprego total em Moçambique e 87.3% da população feminina economicamente activa.

2.3. Género e Agricultura Familiar

Segundo SILVA (2007), o conceito de género é uma construção sociológica relativamente recente, mas o processo de construção da desigualdade entre homens e mulheres é bem antigo. Tem início há cerca de seis mil anos quando a sociedade baseada na cultura de colecta e caça a pequenos animais deu lugar para aquelas de caça a grandes animais, nas quais a força física é essencial. Esse período é seguido por outro de guerras, criando-se a necessidade de soldados que, finalmente, deixam de ser nómadas. É nesse momento que nasce o casamento tal como o conhecemos hoje, a repressão, sexualidade e a participação da mulher na sociedade é limitada ao espaço doméstico, ficando o espaço público de decisões sob o domínio do homem.

SILVA (2007), dá ênfase na sua abordagem ao salientar que a incorporação da questão de género nas análises a respeito da agricultura familiar e reforma agrária, parte do princípio que para a construção de uma democracia plena, é imprescindível a consideração das desigualdades que ocorrem no interior das famílias e que são manifestadas, em sua maioria, na discriminação da mulher como sujeito da história.

O BANCO MUNDIAL (2008), sustenta afirmando que as mulheres desempenham um papel fundamental no sector da agricultura na maioria dos países do mundo, embora não reconhecido em muitos quadrantes. O não reconhecimento do papel das mulheres é extremamente oneroso – resulta em políticas e programas mal direccionados, produção agrícola sem os resultados esperados e os associados fluxos de rendimentos, elevados níveis de pobreza e a insegurança alimentar e nutricional.

Em muitas sociedades, o acesso por parte das mulheres aos recursos e a sua participação na agricultura é mediada pelos seus pais ou maridos. Como filhas ou esposas, elas fazem parte de uma teia complexa de interacções que implicam tanto a cooperação bem como relações de poder,

visto que os agregados familiares elaboram estratégias de subsistência para mapear o caminho rumo à erradicação da pobreza (BANCO MUNDIAL, 2008).

Estas estratégias de subsistência não são adaptadas para acomodar o direito hereditário das mulheres e são responsáveis pelos constrangimentos impostos pelas falhas de mercado, falhas do Estado, normas sociais e a exposição a riscos imprevistos. Todos os aspectos destas estratégias possuem dimensões sobre o género, quer através do conjunto de diferenças de oportunidades e de acesso aos bens entre homens e mulheres, dos constrangimentos que os homens e mulheres operam no âmbito, ou na elaboração de políticas que definem o contexto familiar no qual a estratégia é implementada (BANCO MUNDIAL, 2008).

2.4. Acesso à Terra em Moçambique

Para uma abordagem mais eficaz sobre o acesso a terra em Moçambique é conveniente apresentar a Lei De Terras, número 19/97 artigo 3, no seu princípio geral diz que a terra é propriedade de Estado e não pode ser vendido ou, por qualquer forma alienada, hipotecada ou penhorada.

Em Moçambique existem dois tipos de sistemas de posse da terra: O costumeiro e o legal. O costumeiro que também se designa de consuetudinário se caracteriza em regras e princípios locais, tradicionais, onde cabe ao régulo alocar a terra por regras tradicionais e costumeiras que variam de sociedade para sociedade, o sistema legal ou também designado de convencional tem como característica o postulado da lei, baseando-se na constituição e nas leis e regulamentos que emanam dos órgãos de soberania do Estado. A posse é um termo legal e significa o direito de ocupar a terra e não apenas o facto de se possuir terra, (Lei de Terra, 1997).

Dentro do sistema costumeiro existem variadas formas que as comunidades adoptam para acederem a terra entre elas temos: a ocupação livre ou distribuição após a independência ou as cheias de 2000 é a forma predominante (66%); a compra (43%): envolve a transacção de terra entre o proprietário e o comprador; o aluguer (18%): o valor do aluguer é determinado em função do tipo de cultivos praticados; a transmissão por herança (15%) está associada ao envelhecimento dos produtores que adquiriram as machambas entre 1975-1976, nestas condições passam a um membro da família mais novo, ou oferecem a alguma pessoa considerada pobre (que não tem terra). Atribuição pela associação (18%): as associações desempenham um papel importante na alocação da terra aos produtores novos, que actualmente procuram terra pela primeira vez. Porém

a compra ou aluguer da parcela em Moçambique é informal e ilegal, este processo verifica-se quando a procura pela terra aumenta, ela passa a ser uma mercadoria, e quando é abundante é feita pelas instituições locais de acordo com as normas costumeiras aceites, (SITOE, 2010).

As diferentes formas de ocupação não são exclusivas; um mesmo agricultor pode ter mais do que uma parcela e ter, por exemplo, adquirido uma parcela através da oferta, outra através da compra, e talvez outra ainda através da livre ocupação. No entanto, as diferentes formas de ocupação da terra nas Zonas Verdes têm sido suficientemente eficazes na alocação da terra, uma vez que apenas muito poucos produtores não tinham terra própria. Para esses produtores, os mecanismos locais de solidariedade desempenham um papel importante na minimização da falta de terras; isto é, quando alguém não tem terra é a comunidade (os vizinhos, as pessoas mais próximas, que possuem machamba que procuram amparar alguém sem terra, dando-lhes por empréstimo algum pedaço de terra para a sobrevivência); convém salientar que as associações também desempenham esse papel atribuindo terra, às pessoas sem terra (SITOE, 2010). O autor salienta ainda que em geral os produtores não têm receio de que alguém possa tirar-lhes as machambas. Apesar disso, embora muitos produtores se sintam confiantes de que ninguém pode lhes tomar a terra, poucos possuem Títulos de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT). No local esses títulos pertencem às associações. As direcções locais de agricultura e as ONGs apoiam as associações para se legalizarem e obterem os DUATs (SITOE, 2010).

WATERHOUSE *et al.* (2001), enfatizam sobre a abordagem de posse e uso da terra referenciando que as terras do sector familiar são, por norma, geridas dentro do sistema costumeiro, no qual o indivíduo pertencendo a comunidade tem o direito de a utilizar, mas com o conhecimento dos líderes locais. A segurança de posse de terra é adquirida pelo facto de ser membro da comunidade residente, mas reforçada com o plantio de árvores.

O método mais comum de transmissão de terrenos é por herança que, nesta área, é patrilinear. Em geral, as mulheres não recebem terras por herança, porque segundo as normas costumeiras, o casamento é virilocal, por outras palavras, quando a mulher se casa, ela deixa o terreno da sua família para aquele do seu marido. Em caso de divórcio, ela perde este direito, mas podia reclamar o acesso às terras do seu pai (WATERHOUSE *et al.* 2001).

2.5. Divisão Sexual de Trabalho na Agricultura Familiar

Segundo STAHL (2009), citado por MESQUITA (2012), em Moçambique as mulheres desempenham um papel fundamental no trabalho familiar e da agricultura. A divisão de trabalho entre homens e mulheres encontrada nas comunidades mostra uma maior carga do trabalho para as mulheres. Para reforçar as capacidades de produção nas famílias, muitos homens recorrem à poligamia. Neste esquema as esposas se convertem em empregadas numa empresa agrícola familiar chefiada pelo marido. A tradição do lobolo fomenta esta situação da mulher como “empregada” na família do marido e serve como justificação pelos homens que a mulher deveria trabalhar mais.

Segundo BRUMER (2004), apesar de as mulheres serem a força de trabalho activa na agricultura familiar elas ocupam uma posição subalterna e o seu trabalho geralmente aparece como ajuda, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou exercem as mesmas actividades que os homens.

LOPES (2003), citado por MESQUITA (2012), focaliza um outro aspecto de relevo na abordagem da divisão sexual de trabalho, afirmando que dentro da unidade de produção, as tarefas consideradas como voltadas para a comercialização, mercado, banco (depósitos e financiamentos), contacto com técnicos e participação em reuniões de sindicatos e de cooperativas são, geralmente, de responsabilidade masculina, embora em algumas famílias as mulheres participem dessas actividades, esta participação é mais rara. Ao mesmo tempo, as actividades dentro da casa são quase sempre praticadas pelas mulheres, tanto pelas mães como pelas filhas, sendo geralmente consideradas como de sua total responsabilidade.

De acordo com o posicionamento das autoras ALVES *et al.* (2012), discutir sobre a divisão sexual do trabalho implica compreender historicamente as formas de separação decorrente da divisão do trabalho social, e para tal, é necessário pensar dialecticamente sobre a existência dessa divisão e de suas constantes configurações ao longo do tempo. Portanto, é necessário observar as relações antagónicas, investigando o universo do oprimido e do opressor.

Estamos nos aproximando do campo empírico de investigação entendendo a condição desigual da mulher no contexto das relações entre os sexos, entretanto, só podemos compreender tal desigualdade no momento em que observamos sem fragmentar o trabalho de homens e de mulheres. Na história, pode-se observar nos mais diversos segmentos a presença feminina.

Porém, fica evidente a existência da divisão sexual do trabalho, ou seja, tarefas consideradas masculinas ou femininas, que dividiram as acções de homens e mulheres na sociedade. Um trabalho definido como masculino ou feminino envolve representações e práticas sociais construídas, moldadas por aspectos históricos, sociais, culturais e conjunturais. Apesar das transformações do mundo moderno, pode-se constatar que, ainda hoje, destina-se às mulheres, sobretudo, as actividades reprodutivas e os cuidados com a casa e os membros da família, enquanto aos homens cabe o papel de provedor desse grupo.

Na mesma linha de pensamento SILVA (2007), afirma que a invisibilidade manifestada no espaço reprodutivo pela desvalorização do trabalho doméstico não se refere apenas à falta de remuneração, mas, sobretudo, pelo não reconhecimento por parte dos homens da importância do trabalho realizado nesse espaço para a reprodução social da família.

2.6. Tomada de Decisão na agricultura familiar

Segundo Banco Mundial (2012), em quase todo o mundo, as mulheres têm menos contribuições do que os homens na tomada de decisões em suas famílias, em suas comunidades e em suas sociedades. MARTINS *et al.* (2010), refere que historicamente, a mulher foi destinada ao cuidado com a família e à ocupação do espaço privado, e do homem esperava-se que fosse o provedor e a ele concedeu-se o trânsito pelo espaço público, exercendo assim uma grande influência diante do meio social e aumentando as diferenças entre os sexos, diante disto o homem se firmou como ser dominante e a mulher como ser dominado, analogias essas que foram relacionadas ao género.

De acordo com SOUZA (2006), o processo de tomada de decisão, tanto no espaço público quanto no espaço privado, vincula-se, normalmente, à posição privilegiada desfrutada pelo homem sob o patriarcado, pois se relaciona directamente com as relações de poder. À medida que as mulheres passam a conquistar seus processos de empoderamento individuais e colectivos, passa a ocorrer uma mudança na tradicional dominação da mulher pelo homem seja com relação ao controle de suas opções de vida, seus bens, suas opiniões, ou sua sexualidade e sua participação nas decisões vão ganhando fôlego.

A tomada de decisão no espaço doméstico se depara com o poder exercido pelo homem por meio de diferentes tipos de violência. As mulheres afirmam que enfrentar o poder masculino

fora de casa é mais fácil, mas dentro é mais complicado em função de uma série de questões, entre elas da posição privilegiada ocupada pelos homens no patriarcado (SOUZA, 2006).

Segundo COSTA (2006), pese todas as transformações ocorridas na condição feminina, muitas mulheres não podem decidir sobre suas vidas, não se constituem enquanto sujeitos, não exercem o poder e principalmente, não acumulam este poder, mas o reproduzem, não para elas mesmas, mas para aqueles que de fato controlam o poder. As pequenas parcelas de poder ou os pequenos poderes que lhes tocam e que lhes permitem romper, em alguns momentos ou circunstâncias, a supremacia masculina, são poderes tremendamente desiguais.

SILVA (2007), na sua dissertação diz que quando as mulheres são questionadas sobre quem toma as decisões na família, mais de 90% das entrevistadas responderam que são ambos, marido e mulher. O que se nota, entretanto, é que, na maioria dos casos, são apenas consultadas, não percebendo a distância que há entre dar opinião e efectivamente decidir a respeito de determinado assunto. Também não foi verificada nenhuma relação entre a valorização do trabalho feminino por parte dos maridos e uma conseqüente participação das mulheres na tomada de decisão.

As pequenas machambas de agregados familiares só são viáveis porque não remuneram a mão-de-obra, especialmente o trabalho das mulheres. Estima-se que as mulheres rurais gastem em média 14 horas de trabalho por dia em actividades agrícolas, ir buscar água, na gestão de pequena pecuária e deveres domésticos, comparado com os homens que gastam uma média de 6-8 horas no trabalho agrícola, (BERGH-COLLIER, 2006).

III. METODOLOGIA

3.1. Descrição da Área de Estudo

O distrito de Vilanculos está situado a norte da província de Inhambane, tem como limites a Norte com distrito de Inhassoro, a Sul com distrito de Massinga, a Oeste com distrito de Mabote e Funhalouro e a Este com Oceano Indico.

Com uma superfície de 5.867 km² e com uma população estimada à data de 1/1/2005 em cerca de 138.340 habitantes, o distrito de Vilanculos tem uma densidade populacional de 23.6 habitantes por km².

A relação de dependência económica potencial é de 1:1.4, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 14 pessoas em idade activa. A população é jovem (42%, abaixo dos 15 anos de idade), maioritariamente feminina (taxa de masculinidade é de 44%) e de matriz rural (taxa de urbanização de 18 %).

O clima do distrito de Vilanculos é dominado por zonas de tipo tropical seco, no interior, e húmido, a medida que se caminha para a costa, com duas estações: a quente ou chuvosa que vai de Outubro a Março e fresca ou seca de Abril a Setembro. A zona litoral, com solos acidentadas e permeáveis é favorável para agricultura e pecuária, apresentando temperaturas medias entre 18 ° e 33° C.

3.2. População e Amostra

A baixa de Chicome não possui um cadastro da população que pratica a agricultura, nem da população residente na circunscrição da baixa. Para realização da pesquisa no campo usou-se um processo de amostragem não probabilista, por meio da abordagem da amostra em bola de neve, onde o pesquisador dirigiu se a um agricultor já conhecido em representação da família, que opera nesta área como ponto de partida para a colecta de dados inerentes ao impacto da participação de homens e mulheres na produção e produtividade da agricultura familiar, e por meio deste foi possível identificar os outros 99 agricultores que fizeram parte do estudo, totalizando 100 o número das famílias inquiridas. Segundo COLEMAN 1958 & GOODMAN, 1969 citados por DEWES (2013), a amostragem em bola de neve é um método tipicamente utilizado com populações raras ou desconhecidas.

3.3. Colecta de Dados

O presente estudo sobre a análise do impacto da participação de homens e mulheres na agricultura familiar realizou-se num período de quatro meses, de Julho a Outubro de 2014, onde foi feito o acompanhamento das diversas actividades desenvolvidas pelos agricultores no campo de produção. Para a obtenção dos dados foram usadas as seguintes técnicas: pesquisa bibliográfica; questionário e observação directa.

3.3.1. Pesquisa bibliográfica

Nesta técnica o pesquisador trouxe abordagens com recurso a bibliografia com base nas referências teóricas já analisadas e publicadas de forma física e electrónica, que permitiram conhecer estudos já feitos sobre o assunto em análise, que constituíram a base de análise do tema em estudo.

3.3.2. Questionário

A técnica consistiu na elaboração prévia do questionário contendo perguntas abertas e fechadas do tema em estudo, foi direccionada aos agricultores no seu campo de cultivo para que de forma presencial se obtenha informações mais profundas relativas às modalidades de produção, sem interromper a dinâmica das actividades exercidas pelo pesquisado. O objectivo da técnica é atingir o máximo de clareza nas informações que os agricultores nos conferem de forma livre.

3.3.3. Observação directa

Na técnica de observação directa no campo o pesquisador esteve a observar os agricultores a realizarem as actividades assumindo-se até um certo ponto como membro da família, para que de forma exaustiva chegasse ao conhecimento da sua vida produtiva e reprodutiva, e confrontar os pronunciamentos por eles proferidos com o comportamento dos mesmos, para facilitar o juízo final e esclarecimentos de aspectos que terão sido menos desenvolvidos no âmbito do questionário.

3.4. Análise de Dados

Feita a colecta dos dados prosseguiu a organização, análise qualitativa e quantitativa da informação, posteriormente foram processados e analisados com o auxílio do programa SPSS (Statistics Program System for the Social Science), uma aplicação de tratamento estatístico de

dados desenvolvida para o ambiente Windows. O programa tem uma facilidade de análise de dados provenientes de planos complexos de amostragem, permite estabelecer correlação entre as variáveis, possui a capacidade de visualizar variáveis diferenciados em tabelas, histogramas e em gráficos, cabendo ao pesquisador a escolha da modalidade mais exequível para seu estudo. Tornando a análise estatística dos dados acessíveis para o pesquisador casual ou experiente.

IV. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Resultados

4.1.1. Factores que Interferem no Acesso a Terra pelos Homens e Mulheres na Baixa de Chicome

O acesso a terra na baixa de Chicome depende de factores de ordem costumeira e de ordem jurídico-legal. O processo de acesso e ocupação da parcela de terra nos moldes costumeiros pode ser procedido por agricultores pertencentes à comunidade de forma singular ou colectiva, recorrendo as normas locais, nomeadamente herança, oferta de amigos próximos e empréstimos de amigos próximos. No que diz respeito aos moldes legais de acesso e ocupação da parcela de terra, os agricultores remetem os pedidos de concessão as autoridades locais, podem efectuar de forma singular ou de forma colectiva para o caso concreto das associações que pretendem exercer a actividade agrícola na baixa.

Tabela nº 1: formas de acesso à terra e estado civil dos agricultores na baixa de Chicome

Forma de acesso a terra	Estado civil dos agricultores				Total percentual (%)
	Solteiro (a)	Casado (a)	Separado (a)	Viúvo (a)	
Jurídica	0	15	1	2	18
Costumeira	1	62	4	15	82
Total	1	77	5	17	100

Fonte: pesquisa de campo

Os resultados obtidos no campo mostram que a distribuição dos inquiridos por modalidades de aquisição da parcela e o estado civil dos agricultores.

Nas famílias da baixa de Chicome um total de 18% acedeu a parcela requerendo às autoridades locais, esta constitui a forma jurídica de aquisição da terra, com a seguinte disposição 15 casados, 1 separado, e 2 viúvas; 82% cedeu a parcela através da forma costumeira, com a seguinte disposição 1 separado cuja forma de acesso foi por oferta; 62 casados, cuja aquisição da parcela foi por herança dos pais correspondendo a 27 agricultores, 21 oferecidos por amigos próximos e 14 por empréstimo; 4 separadas onde 1 teve acesso a terra por herança dos pais e 3 por empréstimo de amigos próximos e 15 são viúvas onde 3 herdaram a parcela dos pais, 4 herança

dos maridos, 5 oferecidas por amigos próximos e 3 acederam a terra por empréstimo de amigos próximos.

Convém salientar que um número insignificante dos agricultores inquiridos afirmara ter acedido a parcela de terra por via da compra, mas no estado moçambicano esta forma constitui uma ilegalidade.

4.1.2. Divisão Sexual de Trabalho na Baixa de Chicome

A divisão sexual do trabalho na Baixa de Chicome foi analisada ao nível do campo de produção e ao nível doméstico. O envolvimento dos homens assim como das mulheres no desempenho das actividades nestes dois modelos é antagónico.

4.1.2.1 Divisão do trabalho ao nível do campo de produção

De acordo com as observações feitas no campo no período em estudo verificou se que num total de 100% das famílias, 32% realiza as actividades de forma individual, 65% das famílias realizam as mesmas actividades sem distinção de sexo no âmbito do desenvolvimento das mesmas no campo, e 3% realiza as actividades de forma diferenciada. Onde as mulheres fazem a sementeira, rega dos campos, sacha, desbaste, transplante de culturas de alfobre para o campo definitivo e a colheita, estas actividades são consideradas fáceis de realizar na óptica dos homens, e por isso, competem às mulheres. As actividades consideradas difíceis ou que exigem muito esforço como desmatamento, criação de canteiros, pulverização e adubação são realizadas por homens. E nos dias em que os homens estão menos atarefados realizam com as mulheres o cultivo, sacha e rega dos campos.

Tabela nº 2: Divisão do Trabalho ao nível do Campo de Produção

Actividades	Frequência	Percentagem (%)
Homens e mulheres que realizam mesmas actividades	65	65
Homens e mulheres que realizam diferentes actividades	3	3
Homens e mulheres que realizam actividades	32	32

individualmente		
Total	100	100

Fonte: pesquisa de campo

4.1.2.2 Divisão de trabalho ao nível doméstico

No que diz respeito a divisão do trabalho a nível doméstico há uma separação na realização das actividades entre homens e mulheres, porém a análise feita a este nível exclui as mulheres ou homens separados e viúvas. Visto que os homens e mulheres separados ou viúvas detêm uma independência em relação a realização das suas actividades seja ao nível reprodutivo assim como ao nível de actividades produtivas.

Tabela nº 3: Divisão do Trabalho ao Nível Domestico

Horas versus actividades	Actividades	
	Mulher	Homem
4-5 Horas da manhã	Acorda varre a casa, vai buscar água, prepara mata-bicho para o marido.	Dorme
5-6 Horas da manhã	Prepara água para o banho do marido, prepara os filhos para irem a escola e sai para o campo de cultivo.	Acorda e vai tomar banho, mata-bicho e juntos vão ao campo de cultivo
6-12 Horas da tarde	Está no campo de cultivo	Está no campo de cultivo
12-14 Horas da tarde	Regressa do campo de cultivo, Busca agua, prepara água para o banho do marido, prepara almoço, prepara os filhos para irem a escola, Lava roupa, vai buscar lenha.	Regressa do campo do cultivo, toma banho, almoça e descansa, vai visitar amigos.
15-17 Horas	Prepara o jantar	Conserta a casa, caso esteja

		destruída em alguma parte, constrói casas de banho caso estejam degradadas ou capoeiras (as actividades feitas pelos homens não são diárias)
17-18 Horas	Prepara água para o banho dos filhos e para o banho do marido, por fim toma banho.	Tomabanho
18-19 Horas	Janta	Janta
19-20 Horas	Organiza louça, roupa do marido que irá usar no dia seguinte e dorme	Dorme

Fonte: pesquisa de campo

A tabela nº 3 descreve a divisão do trabalho ao nível doméstico, onde é possível verificar que a carga do trabalho recai sobre as mulheres chegando a alcançar 16 horas realizando actividades desde o campo de produção até a casa onde realizam o grosso das actividades, comparativamente aos homens que gastam apenas 11 horas realizando as suas actividades do campo de produção até a esfera doméstica. O grosso das mulheres não tem ideia do total do tempo que despense realizando as suas actividades nem noção de quanto cobrariam em termos monetário se tivessem que ser pagas pelo trabalho que realizam.

4.1.3. Relações de Poder na Tomada de Decisão sobre o Processo Produtivo

As relações de poder na tomada de decisão alicerçam nas questões ligadas intimamente ao género na baixa de Chicome, dado que tudo referente a gestão de recursos que trazem um benefício directo no seio do agregado familiar está sobre o punho masculino. Entretanto, no que diz respeito a gestão do valor e tomada de decisão importa neste estudo analisar dados referentes apenas aos casados, visto que os solteiros e viúvas são independentes em relação a tomada de decisão.

As mulheres desempenham e estão presentes em todo processo produtivo incluindo a comercialização do excedente, porém o grosso delas atribuem aos maridos o papel de gestão do valor resultante da venda, tal como descreve a tabela abaixo.

Tabela 4: Membro que Gere o Valor Adquirido na Comercialização

Gestão do valor	Frequência	Porcentagem (%)
Homens	63	63%
Mulheres	22	22%
Homem e Mulher	13	13%
**	2	2%
Total	100	100%

Fonte: pesquisa de campo

** membros que produzem para consumo

De acordo com os resultados obtidos na tabela 4, 100% das famílias inquiridas, 63% dos homens gerem o valor adquirido na comercialização, 22% das famílias a mulher que participa nas actividades de produção é que gere o valor resultante da comercialização, e 13% o homem e a mulher gerem o valor adquirido na comercialização, ambos decidem com investir no valor resultante da comercialização, porém convêm salientar que o percentual de 22% abarca mulheres solteiras e viúvas, estas detêm independência no processo de tomada de decisão, inferindo desta maneira que nas famílias que vivem maritalmente, os homens independentemente da sua participação na cadeia produtiva são os gestores dos benefícios resultantes da mesma em larga escala, chegando ao percentual de 63% acima referenciado.

4.2 Discussão

4.2.1. Factores que Interferem no Acesso à Terra pelos Homens e Mulheres na Baixa de Chicome

De acordo com os resultados obtidos na tabela 1, as formas de acesso a terra na baixa de Chicome alicerçam em dois factores nomeadamente jurídico-legal e costumeiro. Em que 18% dos agricultores inquiridos acederem a terra via requerimento às autoridades locais, 82% acedeu a terra nos moldes culturais vigentes na baixa de Chicome nomeadamente herança dos pais, herança dos maridos, oferta de familiares e amigos próximos e por empréstimo de amigos próximos e familiares.

As formas de aceder a terra na baixa de Chicome convergem com o enunciado da LEI de TERRA (1997), ao referenciar que em Moçambique existem dois tipos de sistemas de posse da terra,

ocupação por pessoas singulares e pelas comunidades locais, segundo as normas e praticas costumeiras que não contrariem a constituição e a autorização do pedido apresentado por pessoas singulares ou colectivas na forma estabelecida pela Lei. O que se verifica na baixa de Chicome é que para além das duas formas previstas pela Lei, existe uma outra forma de ter acesso a terra que envolve valores monetários entre o proprietário e o comprador da parcela, trazendo implicações directas para os agricultores que pretenderem aceder a parcela, e não detêm o capital para o seu efeito, obrigando a esses agricultores a pautarem pelo empréstimo da parcela de terra, o que faz com que os agricultores invistam pouco nas suas campanhas agrícolas, em resultado da incerteza sobre quando o proprietário irá cobrar de volta a sua propriedade.

O que converge com SITOE (2010), ao abordar a questão de acesso a terra nas zonas verdes de Moçambique traz a vista a compra da parcela de terra num percentual de 43% numa transacção entre o proprietário e o comprador, entretanto estas duas posições entram em conflitos com a constituição moçambicana ao decretar Lei De Terras, número 19/97 artigo 3, que a terra é propriedade de Estado e não pode ser vendida ou, por qualquer forma alienada, hipotecada ou penhorada.

Uma percentagem de 82% das famílias inquiridas acedeu a terra nos moldes costumeiros vigentes na baixa de Chicome nomeadamente herança dos pais, herança dos maridos, oferta de familiares e amigos próximos e por empréstimo de amigos próximos e familiares. Esta forma de aceder a terra converge com a dos autores WATERHOUSE *et al.* (2001), ao darem ênfase sobre a abordagem de posse e uso da terra referenciando que as terras do sector familiar são, por norma, geridas dentro do sistema costumeiro, no qual o indivíduo pertencendo a comunidade tem o direito de a utilizar, mas com o conhecimento dos líderes locais. A segurança de posse de terra é adquirida pelo facto de ser membro da comunidade residente, mas reforçada com o plantio das árvores.

4.2.2. Divisão Sexual de Trabalho ao nível de Campo de Produção

A tabela 2 ilustra que num total de 100% das famílias, 32% realiza as actividades de forma individual, 65% das famílias realizam as mesmas actividades sem distinção de sexo no âmbito do desenvolvimento das mesmas no campo, e 3% realiza as actividades de forma diferenciada. Onde as mulheres fazem a sementeira, rega dos campos, sacha, desbaste, transplante de culturas de alfobre para o campo definitivo e a colheita, estas actividades são

consideradas fáceis de realizar na óptica dos homens, e por isso, competem às mulheres. As actividades consideradas difíceis ou que exigem muito esforço como desmatamento, criação de canteiros, pulverização e adubação são realizadas por homens. E nos dias em que os homens estão menos atarefados realizam com as mulheres o cultivo, sacha e rega dos campos. Esta posição converge com a de BRUMER (2004), ao referenciar que apesar de as mulheres serem a força de trabalho activa na agricultura familiar elas ocupam uma posição subalterna e o seu trabalho geralmente aparece como ajuda, mesmo quando elas trabalham tanto quanto o os homens ou exercem as mesmas actividades que os homens. E STAHL (2009), citado por MESQUITA (2012), na sua abordagem enfatiza que em Moçambique, a mulher desempenha um papel fundamental no trabalho familiar e da agricultura. A divisão de trabalho entre homens e mulheres encontrada nas comunidades mostra uma maior carga do trabalho para a mulher. Para reforçar as capacidades de produção nas famílias, muitos homens recorrem à poligamia. Neste esquema as esposas se convertem em empregadas numa empresa agrícola familiar chefiada pelo marido. As análises de BRUMER (2004) & STAHL (2009) compadecem com a de LOPES (2003), citado por MESQUITA (2012), quando afirma que dentro da unidade de produção, as tarefas consideradas como voltadas para a comercialização, mercado, banco (depósitos e financiamentos), contacto com técnicos e participação em reuniões de cooperativas são, geralmente, de responsabilidade masculina, embora em algumas famílias as mulheres participem dessas actividades, esta participação é mais rara.

4.2.3 Divisão de Trabalho ao Nível Doméstico

A tabela 3 resume os resultados obtidos no que diz respeito a divisão do trabalho ao nível doméstico, onde fazendo uma análise comparativa entre o homem e a mulher, há uma total disparidade na execução das actividades, onde a mulher chega a alcançar 16 horas de trabalho e o homem apenas 11 horas, ficando claro que a carga de trabalho recai de forma generalizada sobre a mulher. E essas variadas actividades exercidas pelas mulheres são dadas pouca importância no seio do convívio familiar, seja pela própria mulher assim como pelo homem. Esta desvalorização alastra-se até ao campo de produção onde o desempenho da mulher é tido como uma ajuda o que se converge com a visão da autora BERGH-COLLIER (2006), ao referenciar que as pequenas machambas de agregados familiares só são viáveis porque não remuneram a mão-de-obra, especialmente o trabalho das mulheres. Estima-se que as mulheres rurais gastem em média 14

horas de trabalho por dia em actividades agrícolas, ir buscar água, na gestão de pequena pecuária e deveres domésticos, comparado com os homens que gastam uma média de 6-8 horas no trabalho agrícola. Na baixa de Chicome as mulheres têm 2 horas adicionais e os homens têm 3 horas adicionais no previsto pela autora. SILVA (2007), afirma que a invisibilidade manifestada no espaço reprodutivo pela desvalorização do trabalho doméstico não se refere apenas à falta de remuneração, mas, sobretudo, pelo não reconhecimento por parte dos homens da importância do trabalho realizado nesse espaço para a reprodução social da família.

Solucionar aspectos ligados a género não é tarefa fácil, mas não é impossível requer o engajamento de todas as forças vivas da sociedade com vista a converter a posição desfavorável das mulheres em relação aos homens, actuando com acções concretas nas zonas rurais onde os níveis de escolaridade são baixos. BERGH-COLLIER (2006), sugere estratégias que são aplicáveis a realidade da baixa de Chicome, que podem minimizar a disparidade na execução das actividades seja ao nível de produção assim como ao nível de reprodução, através aumento do impacto de organizações de mulheres sediadas nas cidades, para os distritos e localidades de modo que o movimento feminino possa responder às necessidades da realidade das áreas rurais, conceptualizando programas de educação cívica para disseminar informações sobre os direitos das mulheres.

4.2.4. Relações de Poder na Tomada de Decisão sobre o Processo Produtivo

As relações de poder na tomada de decisão alicerçam nas questões ligadas intimamente ao género na baixa de Chicome, dado que tudo referente a gestão de recursos que trazem um benefício directo no seio do agregado familiar está sobre o punho masculino. A tabela 4 ilustra que 63% das famílias inquiridas independentemente da sua participação no ciclo produtivo os homens são os que gerem o valor da comercialização, e 13% homem e mulher gerem o valor adquirido na comercialização, entretanto as famílias que vivem maritalmente os homens independentemente da sua participação na cadeia produtiva são os gestores dos benefícios resultantes da mesma em larga escala. Este enunciado converge com o do Banco Mundial (2012), ao referir que em quase todo o mundo, as mulheres têm menos contribuições do que os homens na tomada de decisões em suas famílias, em suas comunidades e em suas sociedades. MARTINS *et al.* (2010), defendem que historicamente, a mulher foi destinada a cuidar da família e à ocupação do espaço privado, e do homem esperava-se que fosse o provedor e a ele concedeu-se o

trânsito pelo espaço público, exercendo assim uma grande influência diante do meio social e aumentando as diferenças entre os sexos, diante disto o homem se firmou como ser dominante e a mulher como ser dominado, analogias essas que foram relacionadas ao género. O que significa claramente que temos uma mulher menos influente na tomada de decisão seja ao nível reprodutivo assim como ao nível produtivo.

Num percentual de 13% das famílias inquiridas referenciam que os homens e mulheres que participam nas actividades produtivas decidem de forma conjunta sobre a gestão do valor resultante da comercialização do excedente o que converge com os resultados do SILVA (2007), ao referenciar que quando as mulheres são questionadas sobre quem toma as decisões na família, mais de 90% das entrevistadas responderam que são ambos, marido e mulher. O que se nota, entretanto, é que, na maioria dos casos, são apenas consultadas, não percebendo a distância que há entre dar opinião e efectivamente decidir a respeito de determinado assunto. Também não foi verificada nenhuma relação entre a valorização do trabalho feminino por parte dos maridos e uma consequente participação das mulheres na tomada de decisão.

A estratégia conducente e aplicável para solucionar a questão da exclusão da mulher na gestão e tomada de decisão no processo de produção na baixa de Chicome é sugerida pelo MINAG (2005), que concerne na promoção e divulgação da prática do uso sustentável da terra promovendo o reconhecimento do papel da mulher na tomada de decisão no sector familiar bem como o acesso aos recursos e as tecnologias sensíveis ao género conducentes a uma partilha equitativa das responsabilidades e benefícios.

V. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

5.1 Conclusão

Feita a pesquisa inerente a análise do impacto da participação de homens e mulheres na produção e produtividade na baixa de Chicome foi possível concluir que: o acesso a terra entre os homens e mulheres na baixa de Chicome, é baseada em dois factores determinantes, nomeadamente jurídico-legal e costumeiro, o factor jurídico que concerne na atribuição terra pelas autoridades locais com recurso a pedidos por pessoas singulares ou colectivas verifica-se com menor impacto na baixa de Chicome, são poucos agricultores que acederam a terra usando esta via. O factor costumeiro é o mais dominante, a maioria dos agricultores acederam a parcela de terra por herança dos pais, dos maridos para o caso das viúvas e por em préstimo ou oferta de familiares e amigos próximos, confirmando uma presença forte de moldes costumeiros na atribuição da terra na baixa e um grande destaque a tendência de uso de valor monetário para aquisição da parcela que constitui uma ilegalidade na constituição da república moçambicana.

A divisão sexual do trabalho têm posições diferenciadas ao nível do campo de produção e ao nível doméstico, as actividades no campo de produção são realizadas maioritariamente por ambos os sexos sem distinção, e ao nível doméstico há uma separação na realização das actividades, existindo as que são exclusivamente realizadas por mulheres, que na óptica dos agricultores são as menos difíceis de executar e aos homens as mais complexas de executar.

As relações de poder na tomada de decisão pesam de forma desigual entre os homens e mulheres, a responsabilidade da tomada de decisão é encarregada à figura masculina independentemente de participar ou não participar no processo produtivo, as mulheres incumbem aos seus maridos a missão de gerir valor resultante de toda cadeia produtiva.

Embora haja acesso a terra por parte dos homens assim como das mulheres igualitário, as mulheres não detêm poderes para decidir sobre o destino a dar os benefícios provenientes da mesma terra, o que é agravada por uma forte divisão do trabalho que atribui as mulheres actividades sem remuneração, influenciando de forma directa para a vulnerabilidade das mesmas, dado que elas não têm espaço para a realização de outras actividades que possam contribuir para o seu progresso económico e intelectual, dificultando o alcance da produtividade e erradicação da pobreza ao nível das famílias da baixa de Chicome.

5.2 Recomendações

As autoridades governamentais

- ✓ Criar uma base de dados sobre a baixa de Chicome para facilitar estudos posteriores;
- ✓ Promover palestras de forma sistemática que visam incentivar os agricultores a não aderência à forma económica de aceder a terra, e promover a divulgação da Lei de Terra nas comunidades;
- ✓ Aplicar as políticas que exploram as relações de género na baixa de Chicome para o fortalecimento do protagonismo das mulheres, com intuito de alcançar o empoderamento e a promoção da equidade e inclusão no processo de tomada de decisão;
- ✓ Criar uma plataforma de intervenção e assistência técnica aos agricultores, focalizando questões ligadas intimamente ao género;
- ✓ Criar uma base de dados sobre os agricultores na baixa com vista a facilitar estudos subsequentes;
- ✓ Criar um mapa de ocupação da baixa de Chicome.

Aos agricultores

- ✓ Organizarem-se em associações ou em cooperativas para uma melhor interacção com as autoridades governamentais ou entidades não governamentais.

Aos estudantes

- ✓ Sugerir que apostem em outros estudos com as associações de modo a aprofundarem mais sobre o assunto, principalmente sobre o impacto da participação das mulheres no alcance da produtividade na baixa de Chicome.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, ANA ELIZABETH SANTOS et al. (2012). *Divisão Sexual do Trabalho em Comunidades Rurais*. Brasil, 2012

ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO (2010). *Integração de uma abordagem de género na gestão de recursos hídricos e fundiários*. Coimbra, Junho de 2010

BANCO MUNDIAL (2008). *Agricultura para o Desenvolvimento: As Dimensões do Género*. S/d

BANCO MUNDIAL (2012). *Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial de Igualdade de Género E Desenvolvimento*. Washington, 2012.

BRUMER, ANITA (2004). *Género e agricultura: Situação da Mulher na Agricultura do Rio Grande do Sul*. Florianópolis, Abril de 2004.

BERGH-COLLIER, EDDA VAN DEN (2006). *Perfil de Género de Moçambique*. Maputo, Novembro de 2006.

COSTA, ANA ALICE (2006). *Género, Poder e empoderamento Das Mulheres*. Bahia, Brasil.

CUNGUARA, BENEDITO (2011). *O Sector Agrário em Moçambique: Análise situacional, constrangimentos e oportunidades para o crescimento agrário*. Maputo, Julho 2011.

DEWES, JOÃO OSVALDO (2013). *Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling: uma Descrição dos Métodos*. Porto Alegre, Dezembro 2013.

MARTINS PEREIRA, SISSI A. et al. (2010). *Representação Feminina Na Docência E Nos Cargos Decisórios Da Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro*. Agosto, 2010.

MESQUITA, GABRIELLA RIAD ISKANDAR (2012). *Particularidades Do Trabalho Agrícola Da Mulher*. Goiania, 2012.

REPÚBLICA de MOÇAMBIQUE: *Lei De Terras (1997). Lei número 19/97*.

MICOA (2010). *Estratégia e Plano de Acção de Género, Ambiente e Mudanças Climáticas*. Junho, 2010.

NOBRE, M et al. (2005). *Feminismo e Luta das Mulheres: análises e debates*. São Paulo, 2005.

PERFIL DE DISTRITO DE VILANKULO (2005). *Projecto De Apoio Da Governação Local*. 2005.

PIRES DE MESQUITA L. APARECIDA & PONTES M. E. DE PAULA (2012). *Mulheres Na Agricultura Familiar: A Comunidade Rancharia, Campo Alegre De Goiás*. Outubro, 2012.

SITOE, TOMÁS (2005). *Agricultura Familiar Em Moçambique Estratégias De Desenvolvimento Sustentável*. Maputo, Junho 2005.

SITOE, TOMÁS (2010). *Diversificação Produtiva e de Actividades De Geração De Renda: Uma Análise Da Produção Hortícola No Cinturão Verde Da Cidade De Maputo - Região Sul De Moçambique*. Porto Alegre, 2010.

SILVA, C. M. V.(2007). *Agricultura Familiar, Género E Dinâmicas Sociais: Um Estudo Sobre A Construção Territorial Do Assentamento Nova Lagoa Rica (Paracatu – MG)*. Brasília, 2007.

SAFFIOTI, H.I.B. (2009). *Ontogênese e Filogênese do Género: Ordem Patriarcal de Género e a Violência Masculina Contra Mulheres, Brasil*.

SOUZA OLIVEIRA, MARIA DE LOURDES (2006). *Mulheres Na Liderança, Relações De Género E Empoderamento Em Assentamentos De Reforma Agrária: O Caso Do Saco Do Rio Preto Em Minas Gerais*. Julho, 2006.

TIA (2000). *Agricultura Em Moçambique*. Ministério de agricultura. Maputo, 2000.

USAID (2008). *Investimento Privado no Sector de Agricultura em Moçambique*. Setembro, 2008.

WATERHOUSE, RACHAL et al. (2001). *Estratégias Das Mulheres, Proveito Dos Homens; Género, Terra E Recursos Naturais Em Diferentes Contextos Rurais Em Moçambique*. Maputo, Janeiro, 2011.

APÊNDICES E ANEXOS

Apêndice nº 1 Formulário de questões

1. Dados dos entrevistados:

1.1 Sexo: 1 Feminino 2 Masculino

1.2 Idade: 1 abaixo de 20 anos 2 entre 21-30 anos 3 entre 31-45 anos 4 mais de 45 anos

1.3 Estado civil: 1 Solteira (o) 2 Casada (o) 3 Separada (o) 4 Viúva (o)

2. É proprietária da área de cultivo?

1 Sim

2 Não

3. Como adquiriu a parcela?

1 Herança dos pais

2 Herança do marido

3 Requereu

4 Outra _____

4. Em que período (meses) realiza a actividade

1 Todo ano

2 Março- Setembro

3 Outubro-Fevereiro

4 Outro período

5. Com que periodicidade se apresenta na área de cultivo?

1 Diariamente

2 Semanalmente

3 Outro

6. Qual é a dimensão da área do cultivo ou número de canteiros? _____

7. Trabalha com algum membro da família na sua área de produção?

1 Sim

2 Não

7.1 Qual é o grau de parentesco?

1 Marido/Esposa

2 Filhos

3 Outro _____

7.2 Os homens e mulheres realizam mesmas actividades?

1 Sim

2 Não

7.3 Quais são as actividades designadas exclusivamente aos homens?

7.4 Quais são as actividades designadas exclusivamente as mulheres?

7.5 Quais são as actividades que podem ser realizadas por homens e mulheres?

8. Para além da actividade agrícola exerce outra actividade?

1 Sim

2 Não

8.1 Qual é a actividade alternativa?

1 Comércio

2 Pesca

3 Pecuária

4 Outro _____

9. Qual é a finalidade de produção?

1 Comércio

2 Consumo

3 Consumo e comercialização

10. Qual é o mercado de comercialização? _____

11. Quem gere o valor adquirido na comercialização?

1 Esposa que participa nas actividades de produção

2 Marido que participa nas actividades de produção

3 Esposa que não participa nas actividades de produção

4 Marido que não participa nas actividades de produção

12. Com quem vive?

- 1 Marido/Esposa
- 2 Filhos
- 3 Outros _____

13. Quantos filhos têm?

- 1 Nenhum
- 2 Tem 1-3
- 3 Tem 3-5
- 4 Tem mais de 5

14. Quais são as actividades que realiza antes de sair de casa para o campo de produção?

- 1 Varrer A casa
- 2 Buscar lenha
- 3 Lavar louça
- 4 Preparar água para o banho do marido
- 5 Preparar o mata-bicho para o marido
- 6 Preparar os filhos para irem a escola
- 7 Lavar a roupa
- 8 Outra _____

15. Quanto tempo leva a realizar essas actividades?

- 1 Menos de 30 minutos
- 2 Entre 30 min– 1 hora
- 3 Entre 1-2 horas
- 4 Mais de 2 horas

16. Quais são as actividades que realiza depois de voltar para casa?

- 1 Buscar água
- 2 Buscar lenha
- 3 Varrer a casa
- 4 Lavar louça
- 5 Preparar água para o banho do marido
- 6 Preparar o mata-bicho para o marido
- 7 Preparar os filhos para irem a escola

- 8 Lavar a roupa
- 9 Prepara almoço
- 10 Descansa
- 11 Outra _____

16.1 Quanto tempo leva a realizar essas actividades?

- 1 Menos de 30 minutos
- 2 Entre 30 min– 1 hora
- 3 Entre 1-2 horas
- 4 Entre 2-5 horas
- 5 Mais de 5 horas

Recebe alguma ajuda nas tarefas domésticas?

- 1 Sim
- 2 Não

17. Se tivesse que ser paga pelas actividades domésticas que realiza, quanto ia cobrar?

- 1 Entre 200– 500 Mt
- 2 Entre 500– 1000 Mt
- 3 Entre 1000– 2000 Mt
- 4 Mais de 2000 Mt

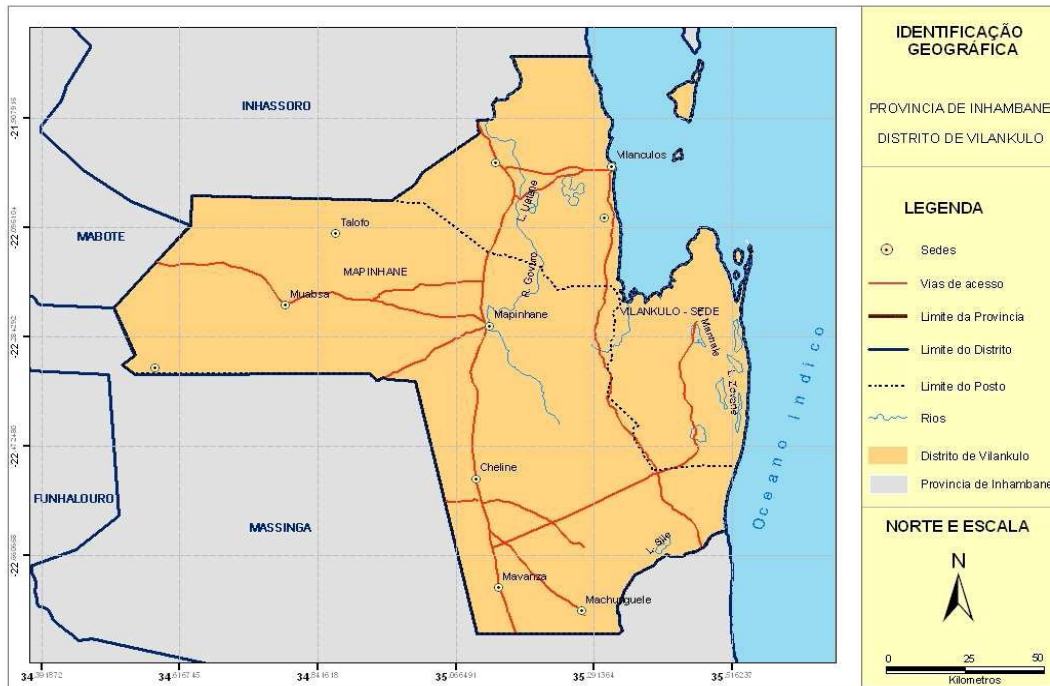
Apêndice nº 2: Agricultores cultivando a terra



Apêndice nº 3: Agricultores fazendo a rega no campo de cultivo



Anexo nº 1 Mapa de localização geográfica do distrito de Vilanculos



Fonte: INE